

| 19 | METROPOLIZAÇÃO, POBREZA, QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE

Luis de La Mora

A mesa está composta por pesquisadores franceses e brasileiros, de vários estados do Nordeste do Brasil, que vem trabalhando e dialogando entre si, em virtude da sua participação em diversos projetos de pesquisa e de orientação de tese de doutorado em regime de co-tutela entorno de um assunto comum, que como todo fenômeno urbano essencialmente complexo, exige abordagens pluri, inter e transdisciplinares.

Assim, a mesa abordará os assuntos do tema central relacionados com o crescimento acelerado e desordenado das metrópoles, num quadro sócio econômico de pobreza, exclusão urbana e profunda desigualdade, gerando situações de precariedade nas condições de habitabilidade comprometendo a sua qualidade de vida.

Neste contexto, os governos municipais e estaduais, inspirados no lema da 1ª Conferência Nacional das Cidades, em 2003: “Uma Cidade para Todos” vem desenvolvendo programas habitacionais e de urbanização de favelas, com um caráter inovador, inspirado na política urbana fundamentada na Constituição Federal, instrumentalizada no Estatuto da Cidade, no entendimento dos pesquisadores da mesa, não conseguem garantir a sustentabilidade dos seus resultados de melhoria das condições de habitabilidade e de vida de amplos setores excluídos.

Os cinco pesquisadores, a partir de perspectivas disciplinares diferentes (urbanismo, sociologia, educação), tem buscado elementos para compreender o sentido e a consistência das políticas habitacionais e de urbanização de assentamentos precários, num contexto de metropolização periférica, envolvendo sociedades economicamente pobres, socialmente desiguais e espacialmente fragmentadas.

Os estudos urbanos, neste campo, tem avançando consideravelmente nos últimos anos, e estão se aproximando das fronteiras do conhecimento. Esta situação faz evidenciar o caráter polissêmico de conceitos como participação social, habitabilidade, bem estar, sustentabilidade.

Esta situação dificulta o diálogo entre os pesquisadores, porque a depender da sua origem Profissional, nacional, assim como das próprias experiências práticas de cada um deles, os conceitos tem significado ambíguo.

A produção do conhecimento, a formalização dos conceitos, e a confirmação das teorias, são o resultado de processos de produção social do conhecimento que tem tido como ponto de partida a experiência prática dos pesquisadores em projetos desenvolvidos sob um paradigma inovador, fundado na base de que o conhecimento é um produto socialmente produzido a partir da práxis, isto é da reflexão teórica da prática.

Esta abordagem leva a considerar o conhecimento científico como uma parte, importante podemos reconhecer, mas não a única, da ecologia de saberes que nos apresenta Boaventura dos Santos. O saber técnico, possuído por profissionais formados nas nossas universidades, onde beberam um conhecimento científico, que foi ajustado por eles aos condicionantes da realidade, e assim como o saber popular, são manifestações igualmente importantes no processo de compreensão do mundo e de estabelecimento de estratégias para melhorar as condições de vida de todos os habitantes.

O envolvimento ativo dos pesquisadores membros da mesa em projetos como o mutirão auto gerido por parte de 200 famílias do atual conjunto residencial Dom Hélder Câmara na Iputinga no Recife, o Projeto “Coque Vive” que objetiva o desenvolvimento global daquela comunidade, o projeto integrado de urbanização da Ilha de Deus e o projeto de Assistência

Técnica a comunidade da periferia de Maceió, assentada sob os cabos de alta tensão, animada pela União Nacional de Luta pela Moradia, fez com que os pesquisadores constatassem por um lado a setorialidade e conseqüente limitação das políticas públicas e pela outra o caráter polissêmico dos termos geralmente utilizados.

No diálogo frequente com técnicos de organismos governamentais e de ONGs, dirigentes e militantes de movimentos sociais, os pesquisadores, temos nos defrontado com a complexidade da realidade por uma parte, e com diversos paradigmas que pretendem explicar a dinâmica urbana e social, no meio da polissemia conceitual.

Na sessão livre serão debatidos os diversos sentidos dos principais conceitos que estão sempre presentes em todos os programas das políticas urbanas e habitacionais, e que a experiência em ações de pesquisa e extensão nos assentamentos de população pobre, levaram ao questionamento sobre o sentido conceitual e a fundamentação das teorias explicativas, tais como Metropolização, entendida por uns como simples crescimento demográfico e expansão da área urbana para os municípios vizinhos, enquanto que por outros como o resultado da promoção de atividades polarizantes localizadas no núcleo de região metropolitana, que se estende por uma área que as vezes ultrapassa as fronteiras nacionais. O conceito de sustentabilidade, que é considerado apenas sob o ponto de vista do equilíbrio ecológico por alguns pesquisadores, ao passo que outros consideram que o conceito tem uma ampla abrangência política, econômica, social, ambiental e urbana.

Outro conceito que será decorrente em várias das apresentações desta mesa é o da participação dos moradores nos projetos de desenvolvimento urbano ou de provisão de moradias. Muitos gestores públicos e estudiosos do urbano, reconhecem que a participação significa apenas informar os usuários para que entendendo a importância da qualidade do espaço urbano e habitacional, zelem pela preservação da qualidade, não o destruam nem descaracterizem, e principalmente que não deixem de pagar as prestações mensais. Já outros pesquisadores, entre os quais se situam os membros desta mesa, consideram que a cidade e a habitação é um direito social, dificilmente conquistado através de muita luta pelos movimentos sociais, congregados entrono do Fórum Nacional de Reforma Urbana e outras organizações igualmente combativas, e que sendo direito, deve ter sujeitos que o conquistem. Os direitos se conquistam, as dívidas se recebem. Se os moradores são os sujeitos de direito são eles quem devem conduzir o processo, claro e evidentemente com a devida assistência técnica. Só assim seus interesses prevalecerão sobre os interesses de outros agentes sociais: governo e empresariado, envolvidos nos processos de produção do habitat. Assim o conceito de participação como simples apoio, e o conceito de direito a intervir na condução dos processos serão contrapostos nesta sessão.

Discutir-se-á o caráter meramente econômico e material do desenvolvimento, ou se devem ou não ser considerados os aspectos imateriais, ver subjetivos, psicológicos e espirituais do bem-estar. Nesta perspectiva, e face às políticas públicas geralmente setoriais e conseqüentemente fragmentadas, limitadas aos aspectos materiais e visíveis do desenvolvimento e do bem-estar; será discutida a ideia de território, onde redes sociais estabelecidas pelos sujeitos do direito à cidade e à moradia, desenvolvem ações locais, multidisciplinares para prover-se de elementos de superação da precariedade e promoção do bem estar.

Através de reflexões sobre projetos socialmente conduzidos a Tecnologia Social, e seu conceito correlato de Produção Social do Habitat são apontados como instrumentos efetivamente apropriados pelos sujeitos sociais para a conquista da cidadania através de avanços que superem de forma sustentável a pobreza e a exclusão social, obrigando o Estado a adotar novas formas de governança capazes de promover e gerir o desenvolvimento nas metrópoles periféricas.

Palavras-chave: Metropolização, Pobreza, Qualidade de Vida, Sustentabilidade

OS DESAFIOS DA METROPOLIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Prof. Dr. Jean Pierre Carrière

Resumo

O objetivo principal da nossa apresentação é enfatizar a perspectiva geral da sustentabilidade no contexto particular e das metrópoles no mundo atual. A questão principal que tentaremos resolver é de saber como e porque a metropolização necessita repensar hoje a implementação duma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável, por causa dos desafios específicos encontrados nas metrópoles.

Todavia, abordar essa problemática necessita precisar preliminarmente o que entendemos por metrópoles e metropolização, que, seguindo Claude Lacour (2000), encaramos como “tradução espacial da globalização”. Assim, a primeira parte da apresentação será dedicada à uma tentativa de definir melhor o que é a metrópole, um conceito ainda em construção e polissêmico, que não pode ser confundido com o de megalópole. Seguindo os nossos trabalhos anteriores já apresentados na França como no Brasil, a nossa abordagem privilegiará uma definição do caráter funcional da metrópole, o que permitirá melhor analisar os fatores explicativos da metropolização.

Na segunda parte, tentaremos esclarecer, tanto ao nível teórico como prático, os desafios das metrópoles para a sustentabilidade, que são os da fragmentação social urbana, da degradação ambiental e do consumo de espaço, e por fim duma governança territorial até já inadaptada à realidade metropolitana. A partir de exemplos sacados da realidade europeia como latino-americana (em particular brasileira), queremos mostrar que uma melhor qualidade de vida nas metrópoles, associada à um desenvolvimento ecologicamente prudente e socialmente mais equilibrado, implica novos processos de organização e de coordenação dos atores públicos como privados; processos permitindo desenvolver “capital territorial” socialmente como ecologicamente não destrutivo.

Palavras-chave: Metropolização, Governança Metropolitana, Sustentabilidade

POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIOS DE VIDA: POBREZA, EXCLUSÃO E CIDADANIA.

Prof. Dr. Alexandre Simão de Freitas

Resumo

A intervenção se propõe analisar, desde a dinâmica formativa da Rede Coque Vive, os desafios de formulação e implementação de políticas públicas em contextos atravessados por processos sócio-históricos de estigmatização social. A Rede Coque Vive é uma articulação sinérgica constituída por duas organizações sociais (o NEIMFA e o MABI) e um grupo extensionista da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, que, ao longo da última década, tem problematizado as dinâmicas da intervenção governamental em territórios da periferia urbana do Recife. A noção de território é acionada com vistas a uma discussão sobre a criação de esferas públicas locais dotadas de autonomia política e geradora de novas formas de solidariedade, procurando verificar como têm sido construídas respostas

concretas para o enfrentamento dos problemas sociais nas comunidades periféricas, em contraposição ao padrão hegemônico de intervenções setorializadas, fragmentadas e focalizadas de gestão do social.

Palavras-chave: redes sociais; políticas públicas; territórios; periferias urbanas

AS DIMENSÕES IMATERIAIS DO BEM ESTAR, DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS METRÓPOLES.

Cynthia Colette Christiane Lucienne

Resumo

Existe um movimento internacional de críticas ao uso do Produto Interno Bruto – PIB como instrumento de medição da evolução da situação dos países e de seus moradores, por corresponder a uma visão limitada da realidade. Ele é assim baseado na racionalização, que pressupõe que a realidade pode ser entendida pela ordem e a coerência de um sistema, proibindo tudo que não se encaixa, isto é, « o estranho, o irredutível, o mistério » (Morin, 2008a, p36). Precisamos encarar a complexidade da realidade, dos fenômenos e do ser humano, deixando de separar hermeticamente o sujeito do objeto, o espírito do material e a natureza do homem.

A abordagem atual dominante de apreensão do bem-estar das populações, como no caso do trabalho da OCDE de 2011 “Como vai a vida? Medir o bem-estar” se realiza através de variáveis e indicadores, procurando objetivar as questões e respostas através de percentagem e índices. Sem desmerecer essa abordagem muito necessária para a elaboração e avaliação de políticas públicas, a nosso ver, ela precisa ser completada por um trabalho mais demorado e profundo de interação com os indivíduos, por exemplo baseado na técnica das histórias de vida e na escuta sensível. Nesse momento de crise civilizacional generalizada, esse instrumento de pesquisa revela sua utilidade, na medida em que ele aposta “na reflexividade do sujeito e na sua capacidade de permanente (trans)formação de si mesmo e dos lugares onde age e interage” (PASSEGGI e SOUZA, 2008, p14).

Palavras-chave: bem-estar subjetivo, desenvolvimento sustentável e histórias de vida.

TECNOLOGIA SOCIAL: ACESSO SUSTENTÁVEL À HABITAÇÃO.

Prof. Dr. Augusto Araújo de Albuquerque

Resumo

Nossa exposição centra-se na problemática do protagonismo social nas tomadas de decisão e desenvolvimento de tecnologias aplicadas na produção social do habitat. Para Maricato (2009), “faz parte do senso comum a ideia mistificada, também presente em grande parte da produção acadêmica, de que materiais de construção ‘milagrosos’ tornarão a construção de casas muito mais barata e eficiente”. Procuramos demonstrar como esse fenômeno deve-se ao fato de a dimensão poética da tecnologia ter transferido o foco da tecnologia da habitação para a tecnologia da construção de moradias. Essa transferência fragiliza os laços sociais com

impactos seja na estrutura material e na economia dos recursos, como na organização das cidades e nas vidas dos cidadãos.

Na construção de nosso argumento procuramos apresentamos outras dimensões da produção da habitação que demandam tecnologia, evidenciando não a feitura da estrutura física, mas a construção do lugar, tais como a tecnologia da construção de redes sócio-espaciais e suas repercussões para a construção e manutenção da habitação em sentido amplo. Pretendemos contribuir para a incorporação de princípios de tecnologia social nas políticas habitacionais em vistas de uma produção sustentável.

Palavras-chave: estudos da habitação, tecnologia social para a habitação, tecnologia social e sustentabilidade.

A PRODUÇÃO SOCIAL DO HABITAT COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO SOCIAL E ESPACIAL ASSEGURANDO O DIREITO À CIDADE DE
FORMA SUSTENTÁVEL PARA AS POPULAÇÕES ECONOMICAMENTE POBRES,
SOCIAL E ESPACIALMENTE SEGREGADAS.

Prof. Dr. Luis de La Mora

Resumo

No contexto das grandes metrópoles descrito pelo primeiro expositor, onde o crescimento urbano descontrolado se caracteriza por grandes áreas que congregam as famílias excluídas do mercado formal de trabalho e conseqüentemente de menor poder aquisitivo, formando bairros, favelas, assentamentos precários, tentaremos mostrar que o direito à cidade e o direito à moradia, assumidos como princípios no Brasil depois da Constituição de 1988, só poderão ser efetivados de forma sustentável, através de políticas fundadas na Produção Social do Habitat. Para isto tentaremos elucidar, primeiro, o caráter holístico do conceito de sustentabilidade que além do equilíbrio ecológico e a preservação dos valores do ambiente construído, inclui necessariamente o empoderamento dos grupos historicamente dominados, e a promoção econômica daqueles que se situam à margem do mercado de trabalho. Trataremos de distinguir Produção Social do Habitat das formas tradicionais de Política Habitacional de Interesse Social promovida pelos grupos politicamente dominantes e economicamente poderosos

Palavras-chave: Inclusão social e espacial, Produção social do Habitat, Sustentabilidade